

LINHA E EIXOS DE PESQUISA - ESMPU

Em avaliação realizada pelo INEP/MEC na ESMPU, foi apontado que “*não há uma Linha de Pesquisa definida na EGOV*”, que “*Mesmo contando com um Regulamento das Atividades de Pesquisa Científica Aplicada, a Escola não dispõe de Linha de Pesquisa própria ou definida podendo realizar pesquisa todo aquele membro ou servidor que deseje e tenha a sua proposta aprovada pela Câmara de Desenvolvimento Científico da ESMPU*”.

Em linha com o MEC, a Corregedoria Nacional do CNMP, após correição na ESMPU, recomendou que “*em conjunto com as estruturas responsáveis pelo planejamento e execução das atividades de pesquisa, adote sistemática de definição esmerada das linhas de pesquisa da ESMPU, observando, para tanto, a ideal confluência com as necessidades e os objetivos estratégicos pactuados no âmbito de cada ramo do Ministério Público da União e o regulamento aplicável, notadamente quanto ao impacto dos objetivos e os benefícios potenciais para a respectiva área de conhecimento e para o MPU*”.

Diante desses direcionamentos, a ESMPU desenvolveu a linha e eixos de pesquisa, conforme descritas a seguir, que segue para aprovação do Conselho Administrativo – CONAD.

A linha e eixos de pesquisa aprovados passam a orientar as atividades pedagógicas da ESMPU (ensino, pesquisa e extensão).

LINHA DE PESQUISA

A promoção dos Direitos Fundamentais pelo Ministério Público da União.

EIXOS

EIXOS TEMÁTICOS:

G1 - ACESSO À JUSTIÇA

EMENTA

Este eixo temático deve desenvolver estudos teóricos/pesquisas empíricas de natureza interdisciplinar sobre os aspectos econômicos, sociais e culturais que facilitam ou dificultam o acesso à justiça social, tendo presentes as perspectivas transversais de gênero e raça, direitos humanos, internacionalização, impacto social e institucional.

PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

Pesquisas Científicas Aplicadas (Edital de Seleção de Pesquisas nº 1129/2017):

- O grau de efetividade ministerial na solução resolutiva de problemas e de conflitos coletivos por acordo na concretização dos direitos sociais.

Projetos de Pesquisa dos Mestrados ESMPU (Cooperação ESMPU e UCB):

- Mediação de Conflitos Coletivos pelo Ministério Público Federal – possibilidade, limites, procedimentos e eficácia.
- O Ministério Público e o Ativismo Judicial: uma questão de limites.
- O Código de Processo Civil de 2015 e Sua Influência Direta na Atuação do Ministério Público: uma nova visão da Tutela Coletiva?
- As Corregedorias do Ministério Público como Garantias da Sociedade e os Deveres Constitucionais do Ministério Público na Defesa e na Efetivação dos Direitos Fundamentais.
- O Modelo Brasileiro de Jurisdição Penal Negocial: da Superação da Perspectiva Hiperpublicista ao Paradigma da Construção da Verdade Processual Dialógica.
- A presunção simples como técnica processual na análise das provas em inquéritos civis e ações para a defesa de direitos metaindividuais trabalhistas.

G2 – SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA

EMENTA

Este eixo temático deve desenvolver estudos teóricos/pesquisas empíricas de natureza interdisciplinar sobre as políticas criminais e de segurança pública, tendo presentes as perspectivas transversais de gênero e raça, direitos humanos, internacionalização, impacto social e institucional.

PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO

Pesquisas Científicas Aplicadas (Edital de Seleção de Pesquisas nº 1129/2017):

- Uma aplicação da estatística I-Moran para a detecção de cartéis em licitações no âmbito do Ministério Público Federal.
- Fatores de risco presentes em casos de feminicídio consumado no Distrito Federal nos anos de 2015 e 2016: indicativos para construção de políticas públicas de prevenção.

Projetos de Pesquisa dos Mestrados ESMPU (Cooperação ESMPU e UCB):

- Lei Anti-Corrupção e “Compliance” como Instrumento de Governança Empresarial e Concretizador do Princípio da Função Social da Empresa.
- Regime Jurídico e Atuação do Ministério Público Militar na Inspeção Prisional.
- A Investigação Criminal No Brasil: Uma Necessária Reformulação do Sistema de Investigação Criminal a Partir da Centralidade do Ministério Público.
- A Equiparação do Tráfico de Drogas Privilegiado aos Crimes Hediondos – O Entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o Crime de Tráfico Privilegiado não pode ser equiparado a Hediondo, o Efetivo Combate e a Punição do Tráfico de Drogas no Brasil e a Proteção de Bens Jurídicos Garantidos à Sociedade.
- Crimes Associativos.
- Hierarquia e Disciplina como garantias individuais e para a Sociedade.
- O teste de integridade como ferramenta de combate à corrupção nos setores público e privado.
- A Colaboração premiada como negócio jurídico bilateral e a estabilidade do acordo.
- O *Compliance* como instrumento de prevenção de crimes no âmbito do sistema financeiro nacional: análise da regulação à luz do interesse público.
- O Crime Organizado atuando no mercado de órteses e próteses.
- Enfrentamento dos crimes de lavagem de dinheiro praticados por meio de *cyber* moedas.
- Conformidade da investigação criminal e do processo penal com o princípio acusatório à luz da doutrina e jurisprudência.

G3 – SOCIEDADE E TRABALHO

EMENTA

Este eixo temático deve desenvolver estudos teóricos/pesquisas empíricas de natureza interdisciplinar sobre a historicidade e os sentidos do trabalho, e sobre as formas de sua tutela jurídica, que se afirmaram ao longo do tempo, tendo presentes as perspectivas transversais de gênero e raça, direitos humanos, internacionalização, impacto social e institucional..

PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO

Pesquisas Científicas Aplicadas (Edital de Seleção de Pesquisas nº 1129/2017):

- Os impactos jurídicos, econômicos e sociais da reforma trabalhista: análise teórica e empírica das experiências internacionais.

Projetos de Pesquisa dos Mestrados ESMPU (Cooperação ESMPU e UCB):

- O Fluxo Migratório Contemporâneo para o Brasil: os desafios do Ministério Público do Trabalho na defesa dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores migrantes e refugiados diante do aumento de desemprego no país.

- A Prática do *Dumping* Social no Brasil e a Proteção dos Direitos Humanos.

- Políticas Públicas de Prevenção e Assistência às Vítimas do Trabalho Escravo no Brasil.

- Organização do Trabalho e Saúde Mental: uma análise dos programas de saúde ocupacional e gerenciamento de riscos no Brasil.

- O Papel do Ministério Público na Implementação de Políticas Públicas de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo.

- Limites para Flexibilização de Direitos Trabalhistas.

- O Trabalho do Transexual feminino e a discriminação de gênero: o desafio da inclusão sob o paradigma do direito ao trabalho digno da mulher.

- Direito do Trabalho: A Proteção e a Migração Interna do Trabalhador Indígena.

- Atuação do MPT no Combate ao Trabalho Infantil no Brasil.

- A Atuação promocional do Ministério Público do Trabalho: direito à profissionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no estado do Espírito Santo.

- Ministério Público do Trabalho como agente de controle das ações governamentais de prevenção e de reinserção eficazes para o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

G4 - MOVIMENTOS SOCIAIS

EMENTA

Este eixo temático deve desenvolver estudos teóricos/pesquisas empíricas de natureza interdisciplinar sobre os movimentos sociais e organizações não governamentais com demandas e projetos de políticas e ações públicas com pautas identitárias de reconhecimento e de inclusão social, promovendo diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e a diversidade de saberes e práticas dos diferentes movimentos e organizações, tendo presentes as perspectivas transversais de gênero e raça, direitos humanos, internacionalização, impacto social e institucional.

PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO

Pesquisas Científicas Aplicadas (Edital de Seleção de Pesquisas nº 1129/2017):

- Fechamento de lixões e inclusão social de catadores: desafios, perspectivas e possibilidades de atuação conjunta dos ramos do Ministério Público da União.

Projetos de Pesquisa dos Mestrados ESMPU (Cooperação ESMPU e UCB):

- Consulta Prévia, Livre e Informada – Contornos Legais, Entendimentos Judiciais e a Busca da Efetivação de Direitos Humanos das Minorias em Espaços Majoritários.

- Fundamentos Jurídicos e Antropológicos do Subsistema de Saúde Indígena: Concertações Interculturais Possíveis para dar a Máxima Eficácia às Normas Jurídicas com Vistas à Concretização dos Direitos Fundamentais em Jogo.

- Controle Social na Gestão dos Recursos Hídricos: O Papel do Ministério Público no uso racional das águas no Brasil.
- Interdependência dos sistemas de controle jurídico: Controle jurídico realizado pela sociedade e pela administração pública como fator de desnecessidade da atuação do Ministério Público e atuação ministerial para aperfeiçoamento dos controles.
- Corrupção Corrompe: Naturalização da Corrupção e Estratégias Comportamentais de Combate à Desonestidade.

G5 - POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTA

Este eixo temático deve desenvolver estudos teóricos/pesquisas empíricas de natureza interdisciplinar sobre as medidas estatais diretas e indiretas de atendimento das necessidades sociais, relacionadas à realização de serviços e à disponibilidade de bens de relevância pública, tendo presentes as perspectivas transversais de gênero e raça, direitos humanos, internacionalização, impacto social e institucional.

PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

Pesquisas Científicas Aplicadas (Edital de Seleção de Pesquisas nº 1129/2017):

- Diálogos institucionais para efetivar direitos: estudo do projeto Ministério Público pela educação.
- O monitoramento dos recursos mínimos constitucionais para a educação à luz da EC 95/16.
- Microcefalia, Políticas Públicas e Atuação do Parquet: o papel do Ministério Público para afirmação dos direitos fundamentais da gestante e da criança microcéfala na rede pública de saúde.

Projetos de Pesquisa dos Mestrados ESMPU (Cooperação ESMPU e UCB):

- O Refúgio no Brasil e o Papel do Ministério Público Federal – análise da Rede de Proteção e Acolhimento aos Refugiados, atuação do Ministério Público Federal na garantia e promoção dos direitos fundamentais e o direito de acesso pelos refugiados às políticas públicas e aos benefícios sociais.
- A Política Pública Educacional no Brasil: estrutura normativa, controle judicial e redução da desigualdade.
- O diferenciado tratamento para a persecução da improbidade administrativa em razão do vínculo laboral efetivo com a Administração Pública e as implicações decorrentes do poder de auto-legislação dos entes federativos, em matéria de servidor público, com efetivação à disciplina da prescrição.
- Destinação de Valores e Bens pelo Ministério Público: natureza jurídica, possibilidade, beneficiários e limites à atuação ministerial.
- Repressão Penal à venda de cigarros contrabandeados: estudo da atuação do Ministério Público Federal e proposição de soluções de aprimoramento sob o viés da saúde pública.

EIXOS TRANSVERSAIS

GÊNERO E RAÇA

EMENTA

Este eixo transversal deve garantir que em todas as pesquisas sejam levadas em conta as desigualdades de gênero e étnico-raciais e diversas interseccionalidades, com adoção de linguagem sensível ao gênero e, nas pesquisas empíricas, com a coleta de dados desagregados por sexo, cor/raça e etnia, com vistas a análises, conclusões, recomendações que sirvam para promover a igualdade material nas relações de gênero e étnico-raciais.

INTERNACIONALIZAÇÃO

EMENTA

Este eixo transversal deve garantir nas pesquisas da ESMPU a perspectiva internacional, tanto do ponto de vista do Direito Internacional Público, como do ponto de vista comparado com o ordenamento jurídico de outros Estados.

DIREITOS HUMANOS

EMENTA

Este eixo transversal deve garantir que as pesquisas fomentem o conhecimento, a difusão e a realização dos direitos humanos, envolvendo a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana e aos valores da paz, liberdade, igualdade e solidariedade.

IMPACTO SOCIAL

EMENTA

Este eixo transversal deve garantir que as pesquisas desenvolvidas na ESMPU abordem a responsabilidade social que o MPU exerce constitucionalmente.

IMPACTO INSTITUCIONAL

EMENTA

Este eixo transversal deve garantir que as pesquisas da ESMPU guardem pertinência e importância ao desenvolvimento institucional do MPU.